



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization

**Relatório Mundial das Nações Unidas sobre
Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2019**

Não deixar ninguém para trás

Fatos e dados



United Nations
Educational, Scientific and
Cultural Organization



World Water
Assessment
Programme



Sustainable
Development
Goals

Disponibilidade e demanda por água

A Figura 1 fornece uma visão global dos países que vivenciam diferentes níveis de estresse hídrico (a proporção anual entre o total de água potável retirada pelos principais setores, incluindo as necessidades hídricas do meio ambiente, e a quantidade total de recursos hídricos renováveis, expressa como uma porcentagem).

Mais de 2 bilhões de pessoas vivem em países que experimentam estresse hídrico. Estimativas recentes mostram que 31 países experimentam estresse hídrico entre 25% (que é definido como o patamar mínimo de estresse hídrico) e 70%. Outros 22 países estão acima do nível de 70% e, por isso, encontram-se em uma situação grave de estresse hídrico (UN, 2018a).¹

Um estresse hídrico crescente indica um uso substancial de recursos hídricos, com maiores impactos sobre a sustentabilidade desses recursos e um crescente potencial de conflito entre os seus usuários.

Estimou-se que cerca de 4 bilhões de pessoas, que representam quase dois terços da população mundial, vivenciam uma escassez hídrica grave durante pelo menos um mês do ano (Mekonnen; Hoekstra, 2016).

O uso da água tem aumentado em todo o mundo em cerca de 1% por ano, desde a década de 1980 (AQUASTAT, n.d.). A demanda mundial por água deverá continuar aumentando a uma taxa similar até 2050, o que corresponde a um aumento entre 20% e 30% em relação ao nível atual de uso do recurso (Burek et al., 2016). Esse aumento constante foi liderado principalmente pela demanda crescente em países em desenvolvimento e economias emergentes. Porém, o uso de água *per capita* na maioria dos países em desenvolvimento permanece muito abaixo do que se vê nos países desenvolvidos – aqueles países, portanto, estão apenas tentando alcançar os mesmos níveis de uso.

A agricultura (incluindo irrigação, pecuária e aquicultura) é de longe a maior consumidora de água, respondendo por 69% da retirada anual de água em todo o mundo. A indústria (incluindo a geração de energia) responde por 19%, e as residências particulares, por 12% (AQUASTAT, n.d.).

Embora as projeções específicas possam apresentar pequenas variações, é provável que a parcela da agricultura em relação ao total do uso da água caia em comparação com outros setores, mas ela continuará sendo a maior usuária geral nas próximas décadas, em termos tanto de retirada de água quanto do consumo desse recurso.²

Aproximadamente 80% de todas as terras cultivadas no mundo dependem das chuvas, e 60% dos alimentos de todo o mundo são produzidos em terras regadas apenas pelas águas pluviais. Pesquisas de diferentes partes do mundo mostram que a irrigação suplementar de sistemas agrícolas dependentes da água da chuva (a chamada agricultura “de sequeiro”) duplica ou mesmo triplica a produção por hectare, para culturas como as de trigo, sorgo e milho (Oweis; Hachum, 2003; Rockström et al., 2007; HLPE, 2015).

O acesso aos recursos hídricos muitas vezes está relacionado à posse da terra – especialmente em contextos rurais. Menos de 20% dos proprietários de terras em todo o mundo são mulheres. No Norte da África e na Ásia Ocidental, elas representam menos de 5% (FAO/IFAD/WFP, 2012).

Qualidade da água

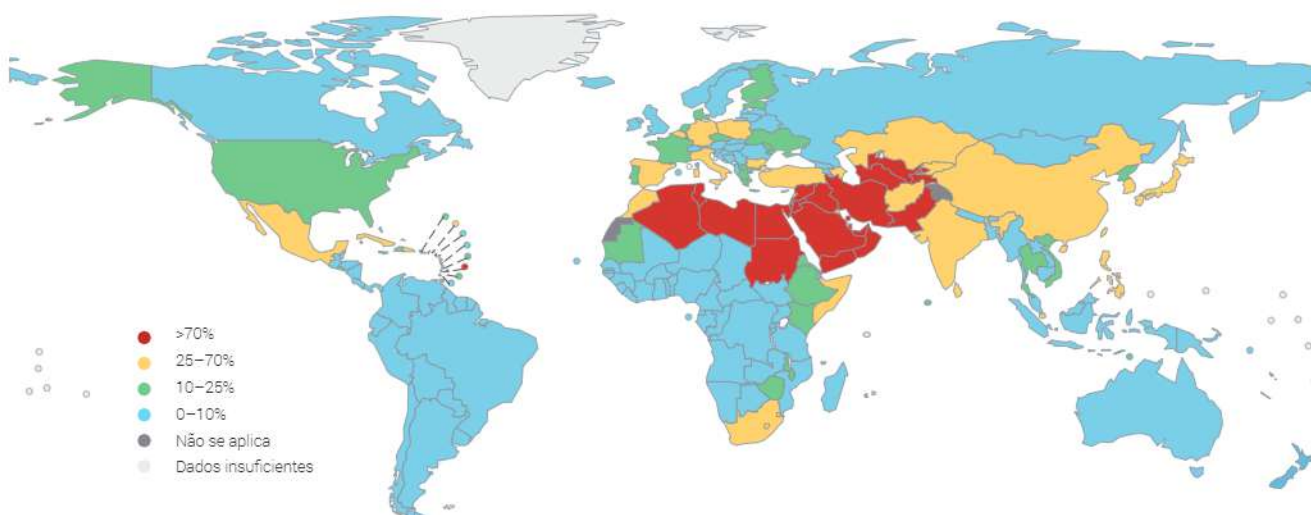
Em todo o mundo, mais de 80% das águas residuais retornam ao meio ambiente sem tratamento (WWAP, 2017).

Várias doenças relacionadas à água, inclusive a cólera e a esquistossomose, continuam sendo amplamente difundidas em muitos países em desenvolvimento, onde apenas uma proporção muito pequena (em alguns casos, menos de 5%) das águas residuais domésticas e urbanas são tratadas antes de seu despejo no meio ambiente (WWAP, 2017).

¹ Para verificar todas as fontes citadas neste documento, acesse o relatório completo, disponível em: <www.unesco.org/water/wwap>.

² **Retirada de água:** é o volume de água retirado de uma fonte; por definição, as retiradas são sempre iguais ou maiores do que o consumo. **Consumo de água:** é o volume retirado que não retorna à fonte (ou seja, evaporado ou transportado para outro local) e, por definição, não é mais disponível para outros usos localmente.

FIGURA 1 Nível de estresse hídrico físico



Fonte: UN (2018a, p. 72, com base em dados do AQUASTAT). © 2018 United Nations. Reimpressa com permissão das Nações Unidas.³

A carga de nutrientes continua a ser uma das principais formas de poluição hídrica, e a maioria desses nutrientes têm origem na agricultura. “Contudo, estima-se que as cidades de rápido crescimento nos países em desenvolvimento irão se tornar grandes fontes de emissão de nutrientes” (PBL Netherlands Environmental Assessment Agency, 2018, p. 42), em especial onde um número crescente de residências carece de sistemas adequados de tratamento de águas residuais.

Inundações e secas

De modo geral, as áreas secas tenderão a se tornar ainda mais secas, e as áreas úmidas, mais úmidas, pois é provável que a mudança climática aumente o estresse hídrico nas áreas que já são as mais afetadas.

Cerca de 90% de todos os desastres naturais são relacionados à água. Ao longo do período de 1995–2015, as inundações responderam por 43% de todos os desastres naturais registrados, afetando 2,3 bilhões de pessoas, matando mais 157 mil e causando US\$ 662 bilhões em prejuízos (CRED/UNISDR, 2015).

As secas responderam por 5% dos desastres naturais, afetando 1,1 bilhão de pessoas, matando mais 22 mil e causando US\$ 100 bilhões em prejuízos durante o mesmo período de 20 anos (CRED/UNISDR, 2015).

Em média, 25,3 milhões de pessoas são deslocadas todos os anos por desastres de início súbito (IDMC, 2018). Enquanto os números podem variar muito de um ano para outro, dependendo da ocorrência e da intensidade dos desastres, o risco geral de ser deslocado por desastres duplicou desde os anos 1970, principalmente devido ao crescimento populacional e à maior exposição e vulnerabilidade a perigos naturais, uma tendência que provavelmente continuará com os efeitos adversos da mudança climática.

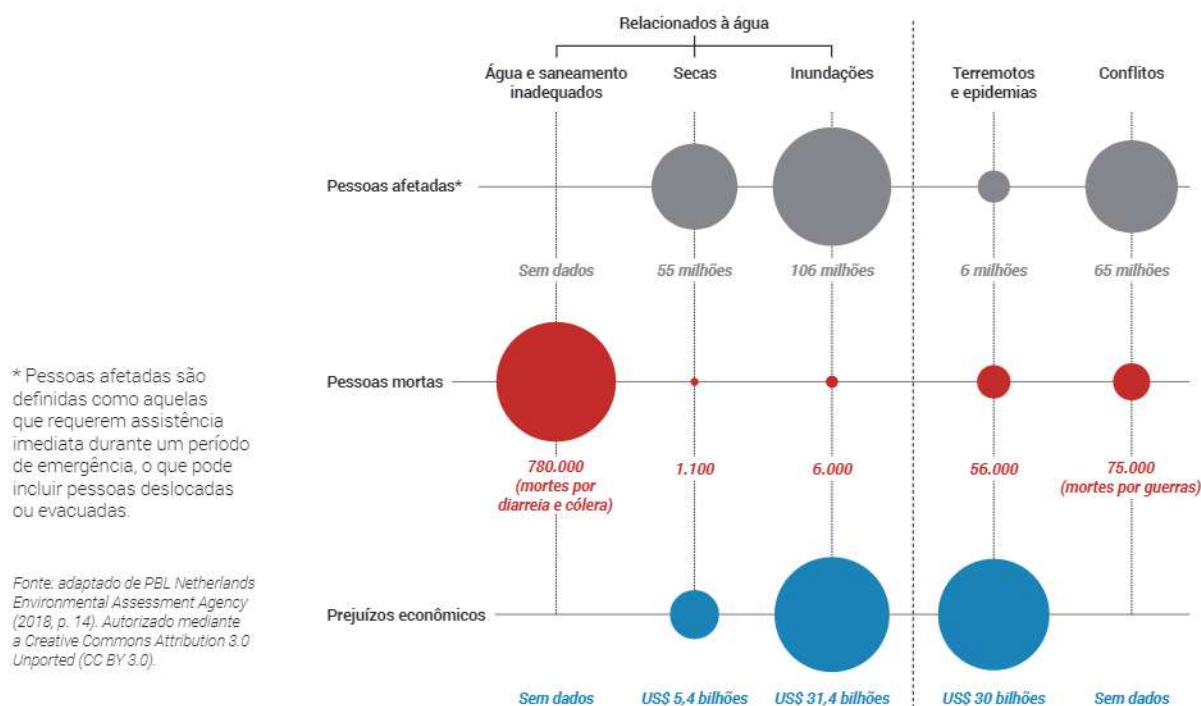
Estão excluídas desses números as pessoas que se deslocam devido a desastres de início lento e a outros fatores de pressão (como, por exemplo, seca crônica, aumento do nível do mar, desertificação e perda de ecossistemas, entre outros), pois, com frequência, as causas desses deslocamentos são complexas.

Existem evidências crescentes de que o esgotamento de recursos naturais, como a água, devido a uma combinação de uso excessivo, degradação ambiental e mudança climática, pode ser uma das principais causas das migrações (FAO/GWP/Oregon State University, 2018).

Estima-se que a mudança climática aumente a frequência e a intensidade dos eventos climáticos extremos.

³ O presente trabalho é uma tradução não oficial, pela qual o editor assume total responsabilidade.

FIGURA 2 Impacto anual médio dos serviços inadequados de água potável e saneamento⁴, desastres relacionados à água, epidemias, terremotos e conflitos



No entanto, em termos da quantidade de pessoas afetadas e (especialmente) do número de mortos, os impactos de inundações, secas e conflitos são grandemente superados pela quantidade de pessoas afetadas ou mortas por serviços inadequados de água potável e saneamento (Figura 2).

Barragens e reservatórios locais, de pequena escala e adequados à finalidade, podem contribuir para a segurança hídrica e para a proteção contra inundações, além de fornecer energia renovável para as populações locais.

Serviços de abastecimento de água e saneamento

Ocorreu progresso ao longo da fase de implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Em 2015, 181 países já haviam atingido mais de 75% de cobertura desses serviços, pelo menos em termos de serviços básicos de água potável e, entre 2000 e 2015, a proporção da população mundial que dispõe de pelo menos um serviço básico de água potável aumentou de 81% para 89%. Contudo, em 2015, cerca de três entre dez pessoas (2,1 bilhões de pessoas, ou 29% da população mundial) ainda não dispunham de um serviço de água potável gerenciado de forma segura⁵, e 844 milhões de pessoas ainda não dispunham nem mesmo de um serviço básico de água potável⁶ (Figura 3).

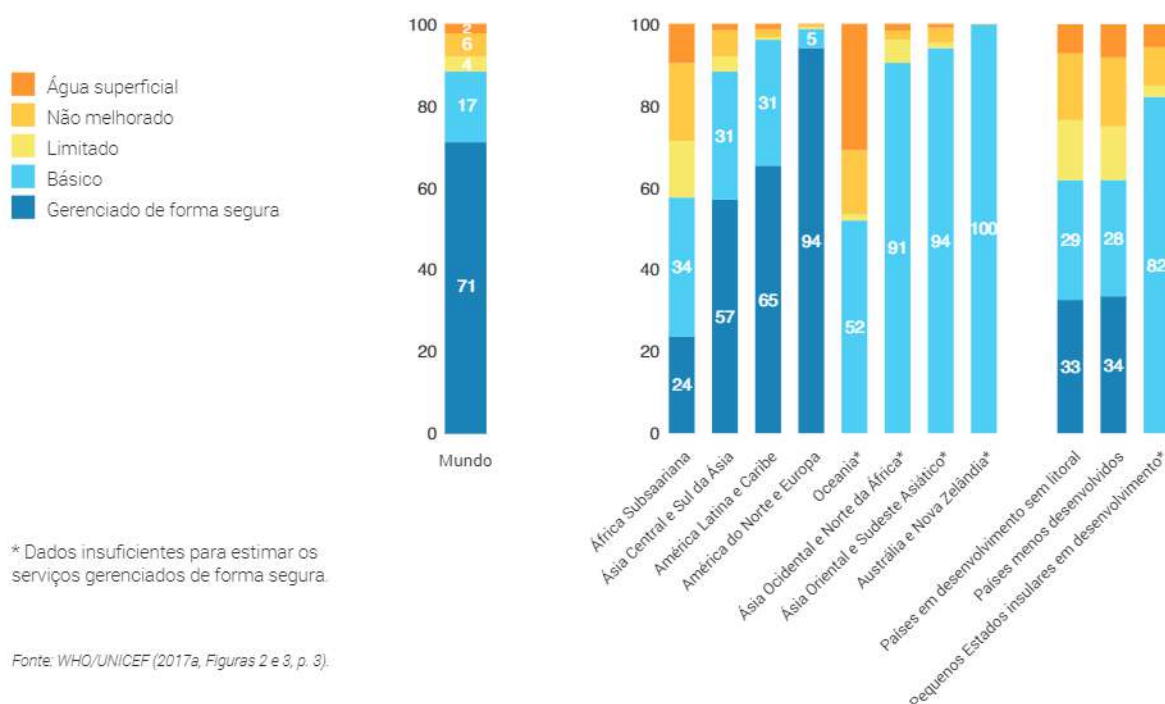
A cobertura de serviços de água potável gerenciados de forma segura varia consideravelmente entre as regiões (de apenas 24% na África Subsaariana até 94% na Europa e na América do Norte), bem como entre quintis (faixas de 20%) de riqueza e regiões subnacionais. De todas as pessoas que dispõem de serviços de água potável gerenciados de forma segura, apenas uma em três (ou seja, 1,9 bilhão) vive em áreas rurais (WHO/UNICEF, 2017a).

⁴ Em 2015, estimou-se que 2,1 bilhões de pessoas não tinham acesso a serviços de água potável gerenciados de forma segura, e que 4,5 bilhões não tinham acesso a serviços de saneamento gerenciados de forma segura (WHO/UNICEF, 2017a). Porém, não existem dados disponíveis que estimem a proporção dessas pessoas que foram "afetadas", nem quais seriam os prejuízos econômicos totais resultantes disso.

⁵ Água potável de uma fonte melhorada localizada no próprio local, disponível quando necessária e livre de contaminação fecal e por produtos químicos (fontes "melhoradas" incluem: água encanada, poços artesanais, poços tubulares, poços escavados cobertos, nascentes protegidas, águas pluviais, água embalada ou engarrafada, ou ainda fornecida por meio de serviços de entrega).

⁶ Água potável de uma fonte melhorada, desde que o tempo de coleta não seja superior a 30 minutos, considerando a ida e a volta, e incluindo a espera em filas.

FIGURA 3 Cobertura da água potável nos âmbitos mundial e regional, 2015 (em %)



Entre os países que apresentavam uma cobertura menor do que 95% em 2015, apenas um em cinco está no caminho para alcançar o acesso universal a serviços hídricos básicos até 2030 (UN, 2018a).

Também ocorreu progresso na cobertura do saneamento ao longo da fase de implementação dos ODM. Em 2015, 154 países já haviam atingido uma cobertura de mais de 75% de serviços sanitários básicos, pelo menos. Entre 2000 e 2015, a proporção da população mundial que dispõe de pelo menos um serviço básico de saneamento aumentou de 59% para 68%.

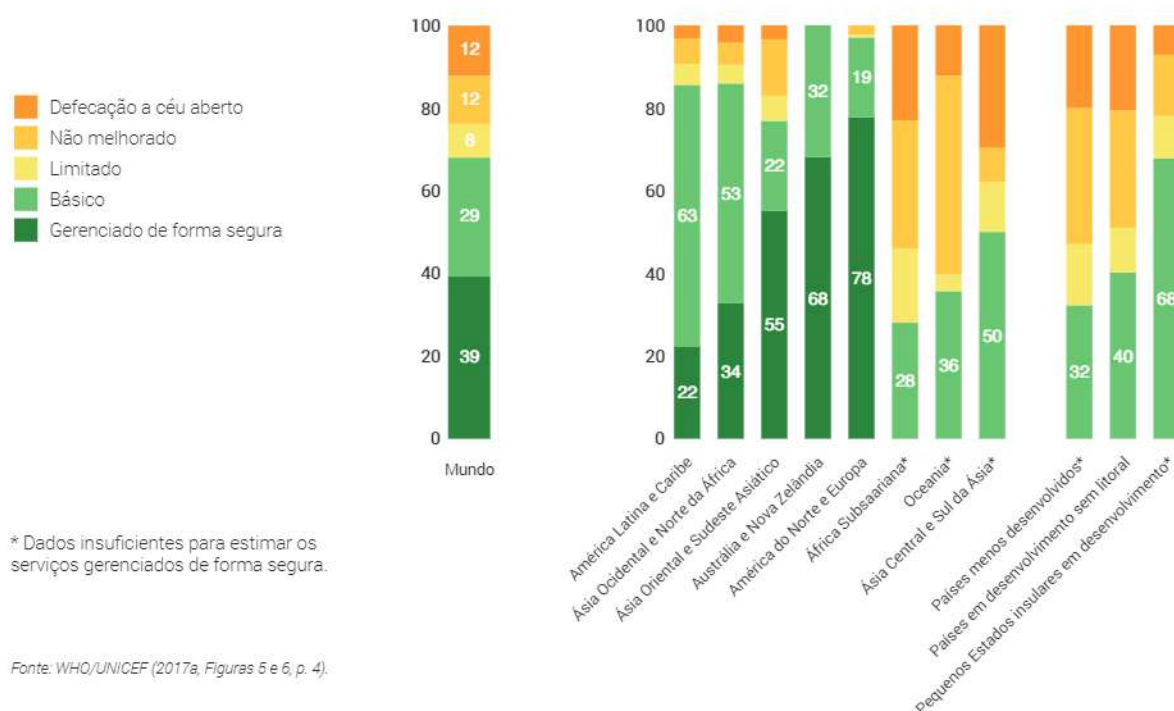
Em todo o mundo, apenas 2,9 bilhões de pessoas (ou 39% da população mundial) dispunham de serviços sanitários gerenciados de forma segura⁷ em 2015 (Figura 4). Duas de cinco dessas pessoas (1,2 bilhões) viviam em áreas rurais. Outros 2,1 bilhões de pessoas tinham acesso a serviços “básicos” de saneamento.⁸ Os 2,3 bilhões remanescentes (uma em cada três pessoas) não dispunham nem mesmo de um serviço sanitário básico; destes, 892 milhões de pessoas ainda realizavam a defecação a céu aberto (WHO/UNICEF, 2017a).

Em 2015, entre os países com uma cobertura menor do que 95%, apenas um em dez está no caminho para alcançar o acesso universal ao saneamento básico até 2030 (UN, 2018a).

Os resultados do estudo “Análise e avaliação mundial sobre saneamento e água potável” (*Global Analysis and Assessment of Sanitation and Drinking-Water – GLAAS*) realizado em 2017 pela UN-Water (WHO, 2017b) sugerem que, em muitos países, a insuficiência de recursos financeiros é um grande empecilho para se obter níveis mais altos de investimento. Embora os orçamentos governamentais para abastecimento de água, saneamento e higiene (*water supply, sanitation and hygiene – WASH*, na sigla em inglês) aumentem a uma taxa média anual real de 4,9%, mais de 80% dos países monitorados relatam dispor de financiamento insuficiente para alcançar suas metas nacionais em água potável, saneamento e qualidade da água em áreas urbanas, ao passo que tal proporção aumenta para 90% quando se trata de áreas rurais.

⁷ Uso de instalações melhoradas que não são compartilhadas com outras residências, e nas quais os excrementos são eliminados de forma segura, no próprio local (*in situ*) ou transportados e tratados em outros locais (instalações “melhoradas” incluem banheiros com descarga automática ou por despejo manual de água conectados a sistemas de esgoto canalizado, tanques, fossas sépticas ou latrinas; latrinas ventiladas aprimoradas, sanitários de compostagem ou latrinas cobertas com placas).

⁸ Uso de instalações melhoradas que não são compartilhadas com outras residências.

FIGURA 4 Cobertura do saneamento nos âmbitos mundial e regional, 2015 (em %)

Um estudo realizado por Hutton e Varughese (2016) concluiu que os níveis atuais de financiamento para os serviços de água, saneamento e higiene em geral estão abaixo dos custos de capital exigidos para se atingir tais serviços básicos até 2030 (ver Figura 5). Além disso, esses requisitos estão muito aquém das necessidades de investimento necessárias para se obter serviços seguros de água, saneamento e higiene (Metas 6.1 e 6.2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS). Para essa finalidade, seria necessário um aumento de três vezes para os atuais níveis de investimento anual (chegando a US\$ 114 bilhões). As necessidades de recursos estimadas não incluem os custos de operação e de manutenção; assim, as necessidades de financiamento são ainda maiores.

O apoio da comunidade internacional de doadores continuará a ser essencial nos países em desenvolvimento, mas não pode ser a fonte principal de financiamento. A parcela relativa aos serviços de água, saneamento e higiene da assistência oficial ao desenvolvimento (AOD) se estabilizou em cerca de 5% do total de compromissos de AOD ao longo dos últimos anos, e não é provável que essa parcela aumente de forma drástica no futuro (UN, 2018a). Caberá aos governos nacionais aumentar drasticamente o montante de financiamento público disponibilizado para a expansão dos serviços de água, saneamento e higiene.

Crescimento populacional e assentamentos

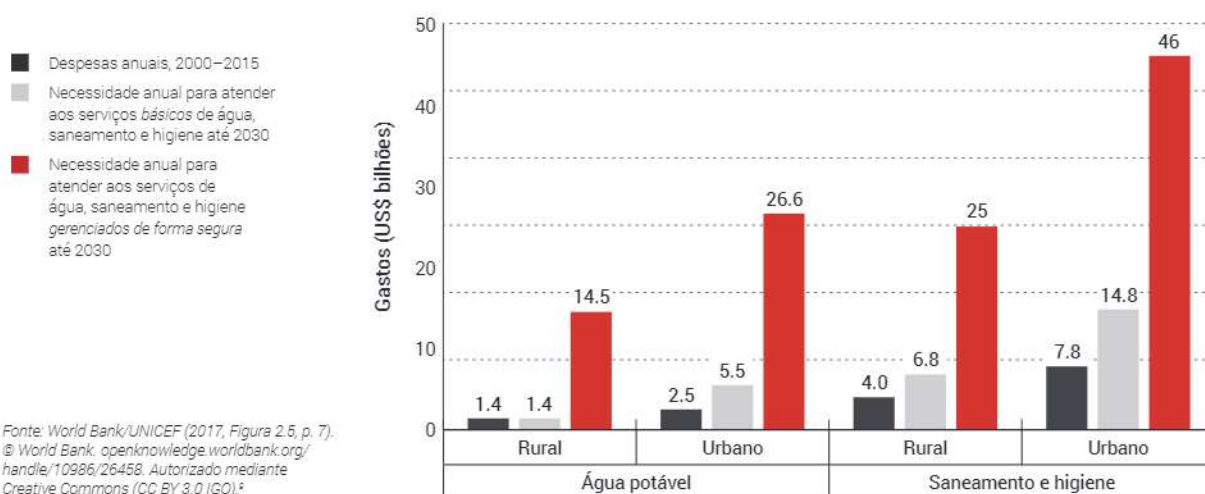
Em junho de 2017, a população mundial alcançou 7,6 bilhões de pessoas. Estima-se que até 2050 ela aumentará para 9,8 bilhões (UNDESA, 2017a).

A África e a Ásia respondem por quase todo o crescimento populacional da atualidade, embora se estime que a África será a principal responsável após 2050 (UNDESA, 2017a).

Atualmente, mais da metade (54%) da população mundial vive em cidades. Estima-se que até 2050 a proporção entre a população urbana e a rural aumentará para dois terços (66,4%) (UNICEF, 2017).

Em 2015, duas de cada cinco pessoas em áreas rurais tinham acesso ao fornecimento de água encanada (uma forma de abastecimento “melhorado”, mas que não é necessariamente um abastecimento “gerenciado de forma segura”), enquanto que, em áreas urbanas, quatro entre cinco pessoas contavam com esse tipo de fornecimento. Conexões com o sistema de esgotos são predominantes nas áreas urbanas, onde são utilizadas por 63% da população, comparado a apenas 9% nas áreas rurais (WHO/UNICEF, 2017a).

FIGURA 5 Recursos adicionais necessários para atingir as metas de serviços de água, saneamento e higiene, básicos e gerenciados de forma segura



Entretanto, a proporção de residências urbanas com acesso a serviços melhorados de abastecimento de água e saneamento diminuiu de forma significativa levando em consideração outros indicadores relacionados à água (quantidade, tempo e custo) e ao saneamento (distância, limpeza, lavagem das mãos e segurança) (UN-Habitat, 2006).

Embora a proporção geral da população urbana mundial que vive em favelas tenha caído de 28%, em 2000, para 23%, em 2014, o número de moradores urbanos que vivem em favelas aumentou, em termos absolutos, de 792 milhões para estimados 880 milhões durante o mesmo período. Nos países menos desenvolvidos, quase dois terços (62%) de moradores urbanos vivem em condições de favela (Figura 6). As favelas continuam sendo mais presentes na África Subsaariana (UN, 2017).

A canalização é o método menos dispendioso de se transportar água. Porém, com frequência não está disponível aos pobres, o que agrava a desigualdade, especialmente em favelas urbanas e em áreas rurais e remotas.

As pessoas que vivem em assentamentos informais têm de pagar um preço muito mais alto pela água, que, frequentemente, supera em 10 ou 20 vezes o valor pago por seus vizinhos mais ricos (UNDP, 2006). Os pobres acabam pagando caro pelo que os ricos conseguem – quase – de graça.

A quantidade de pessoas sem acesso à eletricidade caiu de 1,7 bilhão, em 2000, para 1,1 bilhão, em 2016 (IEA, 2017). Das pessoas que obtiveram acesso à eletricidade em todo o mundo desde 2010, a maioria delas (80%) vive em assentamentos urbanos (UNSD, n.d.).

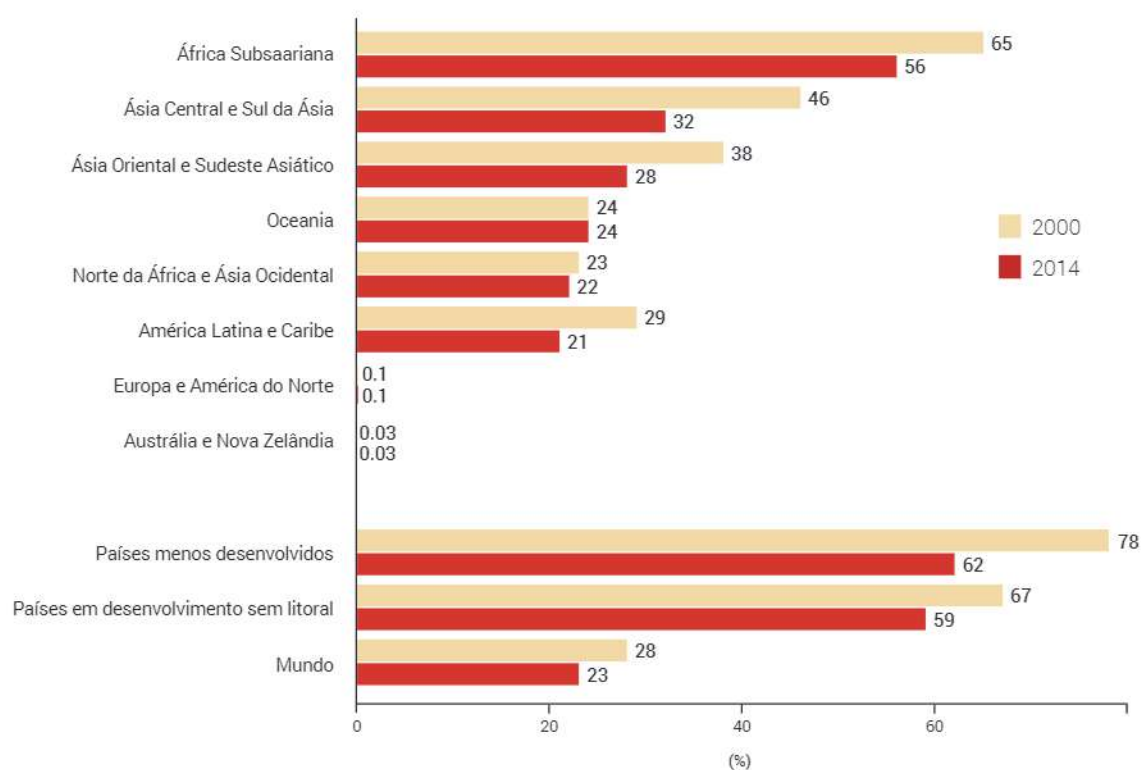
Pobreza, saúde e nutrição

O número absoluto de pessoas que vivem na pobreza extrema (com US\$ 1,90 por dia) caiu de 1,85 bilhão, em 1990, para 0,76 bilhão, em 2013. A África Subsaariana é a única região que registrou um aumento do número absoluto de pessoas na pobreza extrema entre 1990 e 2013, embora sua proporção geral na região tenha caído de 54% para 41% no mesmo período (World Bank, n.d.).

A pobreza não é de forma alguma limitada aos países em desenvolvimento. Estima-se que 30 milhões de crianças – uma em cada oito – que vivem nos países mais ricos do mundo estão crescendo em situação de pobreza (UNICEF, 2014).

⁹ Esta tradução não foi realizada por nenhuma instituição participante do World Bank Group e não deve ser considerada uma tradução oficial do Grupo. Nenhuma instituição participante do World Bank Group deve ser considerada responsável por qualquer conteúdo ou erro constante nessa tradução.

FIGURA 6 Proporção da população urbana que vive em favelas, 2000 e 2014



Fonte: UN (2017, p. 40). © 2017 United Nations. Reimpressa com permissão das Nações Unidas.¹⁰

Dois bilhões de pessoas vivem atualmente em países nos quais os resultados do desenvolvimento são afetados por fragilidades, conflitos e violência em geral. Até 2030, 46% dos pobres de todo o mundo poderão estar vivendo em situações de fragilidade ou afetados por conflitos (World Bank, n.d.).

Aproximadamente três quartos (74%) das pessoas que estão na pobreza extrema vivem em áreas rurais (FAO, 2017b), e a grande maioria dos pobres dessas áreas são na verdade pequenos proprietários de terras que sofrem de insegurança alimentar e desnutrição.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (WHO, 2017a), são necessários aproximadamente 50 litros de água por pessoa, por dia, para garantir que as necessidades mais básicas sejam atendidas, ao mesmo tempo em que se mantém um baixo nível de riscos para a saúde pública.

Quase metade das pessoas que bebem água proveniente de fontes não protegidas vive na África Subsaariana (WHO/UNICEF, 2017a).

As doenças transmitidas pela água continuam sendo um peso significativo para a saúde pública entre os grupos vulneráveis e desfavorecidos em todo o mundo, especialmente nas economias de baixa renda, nas quais 4% da população (estimados 25,5 milhões de pessoas, ou seja, uma em cada 25) sofreram de diarreia em 2015, dos quais 60% eram crianças com menos de 5 anos de idade (WHO, 2016b).

O número de pessoas em todo o mundo que sofrem de desnutrição crônica aumentou de 777 milhões, em 2015, para 815 milhões, em 2016. Um declínio na segurança alimentar foi observado de maneira particular em situações de conflito, especialmente quando combinadas com secas ou inundações. A situação piorou em especial em partes da África Subsaariana, do Sudeste Asiático e da Ásia Ocidental (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2017).

¹⁰ O presente trabalho é uma tradução não oficial, pela qual o editor assume total responsabilidade.

Em todo o mundo, 155 milhões de crianças com menos de 5 anos de idade sofrem de algum tipo de atraso do crescimento (FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO, 2017). A falta de acesso a serviços de água, saneamento e higiene contribui para a subnutrição por meio da transmissão de agentes patogênicos, enquanto que as infecções inibem a absorção de nutrientes (World Bank, 2017a). Esses fatores estão relacionados ao retardo do crescimento entre as crianças (UN, 2018a).

Estima-se que, para acabar com a fome até 2030, serão necessários investimentos adicionais na agricultura da ordem de US\$ 265 bilhões por ano, a serem realizados em âmbito mundial, entre 2016 e 2030. Desse montante, US\$ 41 bilhões deverão ser aplicados na proteção social, para atingir as áreas rurais mais pobres; e US\$ 198 bilhões para investimentos a favor dos pobres em sistemas produtivos e em meios de subsistência inclusivos, inclusive no que diz respeito à água (FAO/IFAD/WFP, 2015b).

A cobertura de instalações básicas para a lavagem das mãos com água e sabão variou (em uma média regional) de 15% na África Subsaariana até 76% na Ásia Ocidental e no Norte da África. No entanto, dados disponíveis para 2015 (que representam apenas 30% da população mundial) não foram suficientes para produzir uma estimativa global, ou estimativas para outras regiões, no que se refere ao monitoramento das metas relevantes do ODS 6 (WHO/UNICEF, 2017a).

Evidências derivadas de estudos mundiais (Whittington et al., 2012; Hutton, 2012a) e nacionais (Hutton et al., 2014) geralmente mostram grandes retornos dos gastos em água, saneamento e higiene, como, por exemplo, a proporção média mundial de benefício-custo na ordem de 5,5 para serviços de saneamento melhorados e na ordem de 2,0 para água potável melhorada, levando em consideração os benefícios adicionais (p. ex., saúde e educação).

Fatores que causam desigualdade, discriminação e vulnerabilidade

Em muitos países, as desigualdades de gênero no acesso à água são amplas e persistentes. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), em todo o mundo, as mulheres têm em média um valor menor desse índice, quando comparadas aos homens (até 20%, no Sul da Ásia), o que indica o impacto generalizado das desigualdades que afetam as mulheres (UNDP, 2016).

Em três quartos das residências sem acesso à água potável, a responsabilidade primária por sua coleta é atribuída a meninas e mulheres (UNICEF, 2016). Embora os procedimentos para a coleta de água variem em diferentes partes do mundo em termos de frequência, um estudo que relacionou tempo e escassez hídrica em 25 países da África Subsaariana estimou que as mulheres, coletivamente, gastavam pelo menos 16 milhões de horas por dia coletando água potável, enquanto que os homens gastavam nessa atividade 6 milhões de horas e, as crianças, 4 milhões de horas (WHO/UNICEF, 2012).

A gestão da saúde menstrual raramente é considerada em um contexto sanitário tradicional e, como resultado disso, em muitos países, as necessidades da saúde reprodutiva e sexual das mulheres não estão sendo totalmente atendidas, o que causa impactos diretos no bem-estar de mulheres e meninas.

Aproximadamente 38% das instalações de assistência médica em 54 países não têm acesso a fontes básicas de água, e cerca de 20% delas não dispõem de uma infraestrutura primária de saneamento (WHO/UNICEF, 2015a).

“Melhorar as instalações de água, saneamento e higiene em instituições de ensino pode ter efeitos positivos importantes sobre os resultados da saúde e da educação. Instalações aprimoradas, juntamente com a educação em higiene, também podem reduzir o absenteísmo e aumentar a demanda educacional, em especial entre as meninas adolescentes, que podem abandonar a escola devido à falta de banheiros exclusivamente femininos” (UNESCO, 2016, p. 308).

A alfabetização pode ser um catalisador importante para erradicar a pobreza e melhorar a higiene e a saúde da família. Há 50 anos, quase um quarto dos jovens não detinha as habilidades básicas de alfabetização, se comparado a menos de 10% deles, em 2016. Porém, 750 milhões de adultos – dos quais dois terços são mulheres – permanecem sendo analfabetos (UNESCO, 2017b).

Pessoas com deficiências podem enfrentar dificuldades nos locais de acesso à água e às instalações sanitárias, que com frequência não são projetadas levando em consideração suas necessidades especiais. Cerca de 1 bilhão de pessoas (15% da população mundial) vivenciam alguma forma de deficiência (WHO, 2015). Em âmbito mundial, a prevalência é maior entre mulheres (19%) do que entre homens (12%). Em países de renda baixa e média, estima-se que as mulheres correspondem a três quartos da quantidade de pessoas com deficiências (UN Women, 2017).

Os povos indígenas somam, aproximadamente, 370 milhões de pessoas, o que corresponde a cerca de 5% da população mundial. Sua proporção é excessivamente grande entre os pobres (15% do total e um terço dos 900 milhões das pessoas que estão na pobreza extrema e que vivem nas áreas rurais de todo o mundo)¹¹, assim como entre os analfabetos e os desempregados. Mesmo em países desenvolvidos, os povos indígenas geralmente permanecem atrás da população não indígena em relação à maior parte dos indicadores de bem-estar, incluindo o acesso aos serviços de abastecimento de água e saneamento.

Os migrantes podem enfrentar dificuldades e desafios extraordinários no acesso a serviços de abastecimento de água e saneamento que sejam seguros e confiáveis, tanto em seus deslocamentos quanto nas áreas a que se destinam.

Longe de casa, os refugiados e as pessoas deslocadas internamente (PDI) estão entre os grupos mais vulneráveis e desfavorecidos, com frequência enfrentando obstáculos de acesso a serviços básicos de abastecimento de água e saneamento. Até o final de 2017, um número sem precedentes de 68,5 milhões de pessoas em todo o mundo havia sido deslocado à força de seus locais de origem, como resultado de conflitos, perseguições ou violações de direitos humanos (UNHCR, 2018a).

Das pessoas deslocadas devido a conflitos armados ou perseguições, 40 milhões são reconhecidas como PDI, deslocadas à força dentro do seu próprio país, enquanto 25,4 milhões são refugiados, que fugiram através de uma fronteira internacional, e 3,1 milhões são requerentes de asilo, que aguardam a determinação de seu *status* de refugiados (UNHCR, 2018a). Além disso, estima-se que existem mais de 10 milhões de pessoas apátridas, que tiveram negada uma nacionalidade e a realização de direitos básicos, como água, saneamento, educação, assistência médica, emprego e liberdade de movimento. Durante 2017, 16,2 milhões de pessoas foram deslocadas em decorrência de conflitos (UNHCR, 2018a). Esse número inclui 11,8 milhões de indivíduos deslocados dentro das fronteiras de seus próprios países (IDMC, 2018) e 2,9 milhões de novos refugiados e requerentes de asilo (UNHCR, 2018a).

Perspectivas regionais

Estados Árabes

Os Estados Árabes são a região que apresenta o maior nível de estresse hídrico em todo o mundo. O nível total de recursos hídricos renováveis é de apenas 736 m³ por pessoa ao ano (AQUASTAT, n.d.). A escassez hídrica continuará a aumentar devido ao crescimento populacional e à mudança climática. Essas tendências têm contribuído para aumentar o esgotamento das águas subterrâneas, a perda de terra cultivável para a produção agrícola e o deslocamento de pessoas, especialmente quando os recursos hídricos são insuficientes para sustentar a saúde, o bem-estar e os meios de subsistência.

Em 2015, na região dos Estados Árabes como um todo, cerca de 51 milhões de pessoas (ou 9% do total da população) não dispunham de serviços básicos de água potável e 73% dessas pessoas viviam em áreas rurais (WHO/UNICEF, 2018b).

Taxas elevadas de deslocamento interno decorrente de conflitos e de violência também persistem nos países árabes menos desenvolvidos da região, notadamente na Somália, no Sudão e no Iêmen. A maior quantidade de PDI entre os países árabes menos desenvolvidos se encontra no Sudão, com mais de 3,3 milhões deles no final de 2016 (UNESCWA/IOM, 2017).

¹¹ Embora esses dados sejam citados com frequência em vários relatórios recentes das agências das Nações Unidas (entre outros), incluindo a OIT (ILO, 2017b), como mencionado neste relatório, essas estimativas têm como base relatórios publicados desde 2003 (como World Bank, 2003).

Também em 2016, os desastres naturais relacionados à mudança climática resultaram no deslocamento de mais de 240 mil pessoas em todos os Estados Árabes, a grande maioria delas os países menos desenvolvidos localizados na região (98%): 123 mil no Sudão, 70 mil na Somália, e 36 mil no Iêmen (UNESCWA/IOM, 2017). Isso significa que deve ser dada atenção especial para o aumento da resiliência desse grupo de pessoas deslocadas, para garantir que ninguém seja deixado para trás no que diz respeito aos serviços de água, saneamento e higiene.

Ásia e Pacífico

Em 2016, 29 de 48 países desta região foram classificados como “hidricamente não seguros”, devido à baixa disponibilidade de água e à retirada insustentável de águas subterrâneas (ADB, 2016). O aumento da demanda por irrigação para a agricultura levou a um estresse hídrico grave em algumas áreas, em especial em dois dos maiores cinturões alimentares da Ásia – a Planície do Norte da China e o Noroeste da Índia (Shah, 2005).

Altos níveis de poluição hídrica pioram a situação quanto à disponibilidade de água potável, devido à alarmante porcentagem de águas residuais não tratadas que é despejada em corpos d'água superficiais – de 80% a 90% na região da Ásia e Pacífico – e às altas taxas de contaminação química nas águas de drenagem de algumas áreas (UNESCAP, 2010).

Apesar do progresso observado em termos de acesso à água potável segura, em 2015, um em cada dez moradores rurais e 30% da população que vive em países em desenvolvimento sem litoral não tinham acesso ao recurso (OECD, n.d.). No mesmo ano, 1,5 bilhão de pessoas não tinham acesso a instalações melhoradas de saneamento (UNESCAP, 2017).

Enquanto 89% da população de áreas urbanas na Ásia Oriental e no Sudeste Asiático têm acesso a serviços de água potável gerenciados de forma segura, na Ásia Central e no Sul da Ásia essa proporção cai para 61% (WHO/UNICEF, n.d.). O progresso parou de ocorrer no Norte da Ásia, na Ásia Central, no Pacífico e nos países menos desenvolvidos localizados na região (UNESCAP, 2016).

Disparidades semelhantes podem ser observadas em toda a região, no que diz respeito ao saneamento.

Na região da Ásia e Pacífico, a mais propensa a desastres em todo o mundo, os desastres naturais têm se tornado mais frequentes e intensos, e o seu risco está superando a capacidade de resiliência (UNESCAP, 2018). Com mais de 50% dos moradores urbanos vivendo em zonas costeiras de baixa altitude, essas cidades da região da Ásia e Pacífico são particularmente vulneráveis à mudança climática e aos desastres naturais.

Europa e América do Norte

Tomando como base o ano de 2015, os “deixados para trás” na região incluem 57 milhões de pessoas que não têm água encanada em casa, bem como 21 milhões que ainda não têm acesso a serviços básicos de água potável. Além disso, 36 milhões de pessoas não têm acesso ao saneamento básico, e usam instalações sanitárias não seguras, compartilhadas ou insustentáveis. O acesso a serviços de saneamento gerenciados de forma segura continua sendo um desafio em muitos países, especialmente em áreas rurais (WHO/UNICEF, n.d.).

Enquanto a situação é particularmente grave para uma grande parte da população do Leste Europeu, do Cáucaso e da Ásia Central, muitos cidadãos da Europa Ocidental e Central, assim como da América do Norte, também sofrem com a falta ou com o acesso desigual aos serviços hídricos e sanitários.

América Latina e Caribe

Em 2015, 65% da população da América Latina e do Caribe tinham acesso a serviços de água potável gerenciados de forma segura, mas apenas 22% dispunham de serviços de saneamento gerenciados da mesma forma. No mesmo ano, 96% dispunham de pelo menos um serviço básico de água, e 86% dispunham de pelo menos um serviço básico de saneamento (WHO/UNICEF, 2017a).

Nos países da região, os níveis de cobertura dos serviços de abastecimento de água e saneamento são significativamente mais baixos nas áreas rurais do que nas áreas urbanas. Em termos de acesso a pelo menos um serviço básico, a diferença entre áreas urbanas e rurais é de 13% para os serviços de abastecimento de água e de 22% para os de saneamento (WHO/UNICEF, 2017a).

África Subsaariana

A escassez hídrica periódica e crônica representa um importante desafio no caminho da África em direção ao desenvolvimento. A agricultura contribui 15% para o Produto Interno Bruto (PIB) total da região, com números nacionais variando de menos de 3%, em Botsuana e na África do Sul, até mais de 50%, no Chade. A irrigação é fortemente dependente das águas subterrâneas, e há evidências que sugerem que vários aquíferos estão sendo exauridos: um estudo realizado pela Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço dos Estados Unidos (NASA, 2015) concluiu que, entre 2003 e 2013, oito dos principais aquíferos africanos contaram com pouca ou nenhuma recarga para compensar as retiradas de água.

Em 2015, apenas 24% da população da África Subsaariana tinham acesso a serviços melhorados de água potável. O acesso médio a serviços de saneamento básico era de apenas 28% (WHO/UNICEF, 2017a).

Atualmente, 189 milhões de pessoas vivem em favelas na África Subsaariana – de um total de 883 milhões em todo o mundo (UN, 2018b).

Elaborado pelo WWAP | Engin Koncagül, Michael Tran, Richard Connor e Stefan Uhlenbrook

Esta publicação é produzida pelo WWAP em nome da UN-Water.

© UNESCO 2019



Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Atribuição-Partilha 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-en). As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites.

As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.

Para mais informações relativas a direitos autorais e licenciamento, acesse o relatório completo, disponível em: www.unesco.org/water/wwap.

Programa Mundial da UNESCO para Avaliação dos Recursos Hídricos

Gabinete do Programa de Avaliação Global da Água
Divisão de Ciências da Água, UNESCO

06134 Colombella, Perúgia, Itália

Email: wwap@unesco.org

www.unesco.org/water/wwap

SC-2019/WS/9

Nós reconhecemos com gratidão o apoio financeiro fornecido pelo Governo da Itália e pela Regione Umbria.

Esta tradução foi possível com o valioso apoio da Agência Nacional de Águas (ANA), da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores e da Representação da UNESCO no Brasil.

